

Carlos E. Pacheco Amaral

Açorianidade e construção comunitária. A Região Autónoma dos Açores e o seu contexto: europeu e transatlântico

in

Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Brasil, *Anais do Simpósio Comemorativo do Cinquentenário do Primeiro Congresso de História Catarinense e dos 250 Anos da Presença Açoriana em Santa Catarina*, Santa Catarina, Brasil, 1998.

**INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DE SANTA CATARINA**



**ANAIS
DO SIMPÓSIO
COMEMORATIVO AO
CINQUENTENÁRIO DO
1º CONGRESSO DE HISTÓRIA
CATARINENSE E 250 ANOS
DA PRESENÇA AÇORIANA
EM SANTA CATARINA**

8 E 9 DE SETEMBRO DE 1998

Copyright do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, c 1998.
Praça XV de Novembro - Palácio Cruz e Sousa
88010-970 - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil

Redação: Responsabilidade dos Autores.
Revisão: Carlos Humberto P. Corrêa

Fotos: Plínio Bordin

FICHA CATALOGRÁFICA

Simpósio Comemorativo ao Cinquentenário do 1º Congresso de História Catarinense e 250 Anos da Presença Açoriana em Santa Catarina, 8 e 9 de setembro, Florianópolis, 1998.

Anais do Simpósio Comemorativo ao Cinquentenário do 1º Congresso de História Catarinense e 250 Anos da Presença Açoriana em Santa Catarina, 8 e 9 de setembro de 1998 / organizado pelo Professor Dr. Carlos Humberto Pederneiras Corrêa — Florianópolis : CAPES/MEC, 1998.

312P. : 3 FOTOGRAFIAS

1. História - Brasil 2. História - Santa Catarina I. Corrêa, Carlos Humberto Pederneiras II. Título

CDU: 981.64

Pide-se permuta.

Se ruega canje.

We ask for exchange.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO SIMPÓSIO COMEMORATIVO AO CINQUENTENÁRIO DO 1º CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE E 250 ANOS DA PRESENÇA AÇORIANA EM SANTA CATARINA

PRESIDENTE

NEREU DO VALE PEREIRA

SECRETÁRIA

MAURA SOARES

MEMBROS

OSVALDO FERREIRA DE MELO

IDAULO JOSÉ CUNHA

IZA VIEIRA DAS ROSA GRISARD

HÉLIO TEIXEIRA DA ROSA

LÉLIA PEREIRA DA SILVA NUNES

AÇORIANIDADE E CONSTRUÇÃO COMUNITÁRIA: A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES E O SEU CONTEXTO: EUROPEU E TRANSATLÂNTICO

*CARLOS EDUARDO PACHECO AMARAL**

Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina,
Magnífico Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina,
Demais autoridades presentes,
Caros colegas,
Estimados alunos,
Minhas Senhoras e meus Senhores

Foi com o maior prazer que aceitei o honroso convite do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina para participar neste Simpósio. E faço-o com forte emoção. Estar aqui, neste momento, e integrar este Simpósio, é constatar a evidência de que os Açores ultrapassam, de longe, os confins estreitos do recorte agreste das nove ilhas do Arquipélago, prolongando-se pelas duas margens do Atlântico. É, ao mesmo tempo, embarcar numa espécie de viagem pelo tempo, e associar-me à saga daqueles vossos, e meus, antepassados, que se viram forçados a procurar no estrangeiro uma vida melhor do que aquela que humanamente era possível arrancar dos torrões de terra perdidos no coração do Atlântico norte, que são as nove ilhas dos Açores. E é associar-me à saga, muito em particular, daqueles que desde há mais de 300 anos vêm arribando a estas longínquas paragens da Terra de Vera Cruz.

São precisamente estas as duas grandes dimensões que caracterizam a comunidade açoriana, integrando os seus elementos mais nucleares.

* Doutor em Filosofia. Professor Auxiliar da Universidade dos Açores. Director do Centro de Estudos de Relações Internacionais e Estratégia. Universidade dos Açores. Rua da Mãe de Deus. 9500 Ponta Delgada. Açores. PORTUGAL. Telf. e Fax.: 351.96.653388. E. Mail: cpamaral@alf.uac.pt.

Por um lado, a dimensão espacial, que rompe com as barreiras das fronteiras nacionais e estatais tradicionais, trazendo para a comunidade açoriana gentes das mais diversas paragens, desde o continente português até ao Hawai, e desde o Canadá até aqui, ao Sul do Brasil. E, por outro, a dimensão histórica, que nos fornece profundidade, dimensão e raízes. Prolongando os Açores e os açorianos no tempo, liga a história à geografia e à cultura; abolindo as fronteiras que demarcam o passado do presente, coloca a geração actual em diálogo íntimo com os seus, os nossos antepassados, com as suas histórias, com as suas experiências de vida, com os seus mundos e com as suas mundividades. Nenhuma comunidade constrói a sua vida a partir do zero, mas sempre no quadro de uma matriz civilizacional que lhe é fornecida através da memória histórica e com a qual assume uma posição dialéctica de constante diálogo íntimo, recebendo os seus impulsos e contribuindo para a sua construção, para a sua evolução e para o seu crescimento. E é este também o caso dos Açores e das comunidades açorianas.

Para além disso, é esta dimensão histórica que legitima e define a dimensão espacial de uma comunidade. É através dela que os vários membros da comunidade açoriana espalhados pelos quatro cantos do mundo conseguem traçar as linhas civilizacionais que os cimentam numa mesma entidade. É esta dimensão histórica que nos reúne e que nos fornece a nossa identidade. É ela que permite identificar o mundo histórico em que cada um de nós se insere e constatar que, afinal, partilhamos uma mesma matriz civilizacional: somos membros da comunidade açoriana. E é também assim que, todos nós, partilhamos uma mesma herança civilizacional e histórica: a herança de homens como Gaspar Frutuoso, Antero de Quental, Vitorino Nemésio, Bento de Góis, Roberto Mesquita, e tantos, tantos outros que, pela sua projecção, nos transportam para o cerne mais nuclear da matriz civilizacional, nacional, e ocidental, que integramos.

Ora, identificar uma pessoa, ou uma comunidade é, simultaneamente, dizer o que ela é, seleccionar aquelas características que só ela possui, ou que nela assumem uma dimensão mais marcante ou característica. Mas é também dizer o que ela não é, precisar aquilo que a demarca das demais, dos outros. Por isso é que, correlativamente, é através do recurso a esta dimensão histórica e da matriz civilizacional por ela proporcionada, que é

possível distinguir os membros de uma comunidade e demarcá-los das demais comunidades com quem convivem.

Na sua conjugação e no seu entrosamento dialéctico, são estas duas dimensões que permitem identificar um povo ou uma comunidade, ultrapassado definitivamente que está o princípio moderno segundo o qual era ao poder soberano do Estado que cumpria a tarefa de definição, até mesmo da identidade dos povos e das comunidades que integrava; princípio claramente enunciado no aforismo de que *cujus regio, ejus religio*. De outro modo, como distinguir, no estrangeiro, os membros da comunidade açoriana dos seus vizinhos provenientes de outras comunidades? Ou, no próprio território físico do arquipélago dos Açores, distinguir o açoriano do turista ou do visitante que alugou a sua casa ao lado, por exemplo?

No caso açoriano, a esta identidade geradora de um espírito comunitário, foi atribuído um nome. Foi Vitorino Nemésio quem primeiro o cunhou, já no início do século, inspirando-se no conceito de «hispanidad» desenvolvido por Unamuno. Em face da sua identidade, a comunidade apelida aquilo que a aglutina de *açorianidade*. A açorianidade é, antes do mais, o rótulo de um conceito identificacional. O nome daquilo que simultaneamente une os vários membros da comunidade açórica - independentemente, quer do local, quer do período histórico em que vivem - e os separa dos outros, dos demais membros da comunidade nacional portuguesa, no meu caso, por exemplo, ou da comunidade nacional brasileira, no vosso. A açorianidade é um conceito que possui duas concepções fundamentais: uma positiva de definição de elos de aglutinação e de união, e outra negativa, de constatação da diferença. Em causa está, por um lado, a afirmação dos caracteres próprios dos membros da comunidade açoriana; aqueles que permitem a uma pessoa traçar a sua integração, a sua pertença à comunidade açoriana. E, por outro, está também, sem preconceitos, nem dogmatismos, a ostentação desses mesmos caracteres para a afirmação da identidade que se encontra na raiz da constituição das comunidades açorianas.

A açorianidade reporta-se, pois, ao conjunto dos caracteres que a comunidade eleva à dignidade de constituírem os elementos nucleares da bandeira que a identifica. De ordem física, geográfica, ambiental, social, cultural, linguístico-literária, histórica, etc., estes caracteres constituem então as traves mestras, os elos identificacionais que, capazes de ultrapassar bar-

reiras temporais e espaciais, perduram e conduzem à união de um agregado humano que partilha pelos menos alguns elementos de uma matriz civilizacional comum.

No nosso caso, trata-se, aliás, de algo que a própria Constituição da República Portuguesa consagra no seu artigo 225º, quando fundamenta o actual regime açoriano (e madeirense também) de autonomia política nas «características geográficas, económicas, sociais e culturais e nas histórias aspirações autonomistas das populações insulares». Significa isto que, no dizer da própria Constituição da República, os Açores são hoje uma Região Autónoma, em primeiro lugar porque são diferentes, porque possuem características que os individualizam, e devido ao impacto civilizacional dessas mesmas características: geográficas, económicas, sociais e culturais; e, em segundo lugar, porque os açorianos querem ser autónomos e, historicamente, têm aspirado a essa condição. Neste sentido, é à própria açorianidade - nome que nos auto-atribuímos enquanto membros da comunidade imaginada dos açorianos - que, nos termos da Constituição da República, se fica a dever o regime político de autonomia actualmente em vigor no Arquipélago.

O conceito de comunidade açoriana, ou de comunidades açorianas, se se preferir, reporta-se à ideia de um organismo sociológico que se movimenta como um todo sólido através do tempo e do espaço, produzindo *outputs* para os membros que integra e deles recebendo constantemente *inputs*. A comunidade é simultaneamente produtora e produto dos seus membros. Primeiramente, na medida em que lhes oferece um núcleo de características no contexto das quais cada uma das pessoas que dela se reclamam pode construir uma identidade privativa e situar a sua vida. Mas a comunidade nunca é algo de estranho que se impõe a partir do exterior. É, antes, constantemente produzida pelos membros que integra, alterando-se com o que deles recebe, renovando-se constantemente, substituindo algumas das suas características, consolidando outras e adoptando outras novas.

O mundo em que vivemos neste final de século e de milénio é um mundo em constante e profunda transformação. O sistema estatal de organização política, estabelecido desde o dealbar da modernidade, está a ceder o lugar a outro, de contornos substancialmente distintos. Nos termos do

primeiro, a identidade de uma comunidade exprimia-se única e exclusivamente pela cidadania dos membros, e esta era privilégio que o Estado concedia, e retirava, em regime de monopólio e de exclusividade a seu bel-prazer. Cada um possuía uma identidade comunitária única. Era membro de um só Estado, a quem devia toda a sua lealdade e todo o seu próprio ser: do nascimento até à morte.

Nos termos do paradigma político que se tem vindo a desenvolver no Ocidente, a identidade de uma comunidade é perspectivada não como um dado, mas como um forjado. É a própria comunidade que, ultrapassando as barreiras espaciais e temporais impostas pela modernidade, constrói um auto-retrato, através do qual chama a si e aglutina todos aqueles que nele se vêm retratados - independentemente, do espaço geográfico que habitam, ou do período histórico em que lhes é dado viver. Por isso é que, também, a par da identidade, da cidadania estatal, em sentido estrito, no Ocidente vem-se assistindo ao desabrochar de uma pluralidade de outras identidades comunitárias, de cidadanias privadas. Sem prejuízo da cidadania política do Estado, emerge uma vasta gama de identidades, tantas quantas as comunidades que cada um integra e nas quais situa e imprime significado à sua vida, e que as pessoas passam a ostentar igualmente, e sem qualquer contradição, a par da cidadania tradicional do Estado. Na Europa, os casos da cidadania europeia e das cidadanias regionais que têm vindo a proliferar através de praticamente toda a União Europeia constituem, sem dúvida, os casos mais paradigmáticos deste fenómeno que tenho vindo a apresentar.

Por um lado, é exactamente desta nova realidade conceptual que, por exemplo, a assunção das vossas raízes açorianas, e, nestes termos, a vossa ligação aos Açores, se faz sem qualquer minguagem da vossa cidadania brasileira, bem como das múltiplas outras identidades que, sem dúvida, cada um de vós ostenta, como pai ou filho, professor ou aluno, católico ou budista, ou membro desta ou daquela associação sócio-profissional, cultural, recreativa etc., etc. É nestes termos que a cidadania canadiana, ou norte-americana, em nada sai prejudicada pela sobrevivência e até mesmo pela vivência pujante das características que marcam a identidade das comunidades açorianas que se radicaram naqueles países. E, por último, é igualmente deste modo que a identidade açoriana e a autonomia política do ar-

quipélago em nada diminuem a integração da Região Autónoma dos Açores no Estado português e a cidadania portuguesa dos açorianos.

Por outro lado, é este sentimento de partilha, de integração numa comunidade que nunca vimos, mas que todos somos capazes de imaginar e na qual conseguimos esculpir o nosso lugar, que explica este Simpósio e o facto de nos encontrarmos aqui reunidos para celebrar 250 anos de presença açoriana no Sul do Brasil.

E, por último, são também estes sentimentos que conduzem à existência de uma comunidade açoriana que ultrapassa em muito os confins estreitos do Arquipélago, e que conferem aos Açores a sua real dimensão e importância, catapultando-o para níveis a que, por si só, o Arquipélago jamais poderia aspirar. Porquê, de outro modo, reflectir sobre os Açores, quando existem dezenas, centenas, de outras regiões maiores, mais ricas, com mais população, apenas na União Europeia?

Perspectivado isoladamente e fechado sobre si mesmo, o Arquipélago dos Açores suscitará um interesse reduzido, quanto muito, quer para o exterior, quer para os próprios açorianos. No presente, bastará apontar para o facto de constituir uma das regiões mais frágeis da União Europeia; uma das regiões a cujo processo de desenvolvimento mais desafios e obstáculos se levantam. E, no passado, constatar as elevadíssimas taxas de emigração que têm sido uma das grandes constantes da história açoriana, praticamente desde o descobrimento e o povoamento do Arquipélago – e reflectir sobre a sua origem e o seu significado. Se, por um lado, é à emigração que se fica a dever esta fantástica dimensão transatlântica dos Açores, por outro, ninguém poderá olvidar as motivações e as realidades que lhe estiveram na base. É que a emigração açoriana não se explica por uma qualquer busca romanesca de aventura. Pelo contrário, muitas vezes foi uma imposição, a via possível de fuga à fome, à miséria e às catástrofes naturais, e a procura de uma vida melhor do que aquela que as ilhas açorianas podiam proporcionar.

A Região Autónoma dos Açores consiste num grupo de nove pequenas ilhas que, no Atlântico norte, se estendem numa direcção Oeste Noroeste - Leste Sudoeste, entre as latitudes 36°, 55' e 43" e 39°, 43', 23" Norte e as longitudes 24°, 46', 15" e 31°, 16', 24" Oeste. A 900 milhas do continente português e a 2500 da costa Oriental do Continente Norte-Americano, à condição arquipelágica dos Açores acresce ainda o isolamento oceâni-

co. É grande a dispersão geográfica das ilhas açorianas. Cerca de 600 Km separam as ilhas de Santa Maria e do Corvo, as duas mais afastadas. E a pequena dimensão é outra das características fundamentais do arquipélago. A ilha maior, São Miguel, com 747 Km², não atinge os 130.000 habitantes; e o Corvo, com 17 Km², conta apenas com 340.

Por ser um arquipélago de origem vulcânica jovem, os Açores carecem de recursos naturais, a não ser aqueles ainda por explorar, e por identificar, da sua vasta Zona Económica Exclusiva de 938.000 Km². Não possuindo plataforma continental (os fundos abissais surgem quase imediatamente a seguir à costa), até mesmo a actividade piscatória conhece fortes estrangulamentos. A economia açoriana está fortemente dependente dos sectores primário e terciário. No primário, sobretudo da agricultura e da agro-pecuária; da monocultura da vaca, como se diz popularmente. No terciário, é o funcionalismo público em geral e os sectores da saúde e da educação, em particular, que levam a «fatia de leão» da economia açoriana. Com 241.490 habitantes, segundo o último recenseamento, os Açores representam 2,5% da população do país; o seu Produto Interno Bruto de 161.059 milhões de escudos (cerca de 916 milhões de dólares) representa apenas 1,7% do nacional. E, apesar do esforço de desenvolvimento em que os Açores se encontram empenhados, nem sempre se tem caminhado para uma convergência real das economias açoriana, nacional e europeia. *

Os principais indicadores de conforto e de bens de equipamento doméstico apresentam índices que colocam os Açores a par, e por vezes acima, da média nacional. E, ao nível dos sectores da educação e da saúde, verificam-se situações semelhantes. Longe vão os dias em que o acesso a uma e a outra se encontrava manifestamente além das possibilidades da esmagadora maioria dos açorianos. Ao nível da educação, os Açores podem-se orgulhar, hoje, da sua Universidade, já com cerca de 2.200 alunos, da generalização do ensino complementar, que, em 1995, comportava mais de 9.500 alunos, e da universalização dos ensinamentos básico, primário e preparatório, que, no mesmo ano, era frequentado por mais de 85.000 alunos. E, ao nível do sector da saúde, os açorianos dispõem já dos serviços de 356 médicos, 772 enfermeiros e 615 camas hospitalares, a que se deverão adicionar outras 345 camas de centros de saúde com internamento e as 677 camas de casas de saúde.

Mas isto fica a dever-se aos importantes fundos estruturais que têm vindo a ser canalizados para a Região, provenientes da União Europeia. Aquele que se vive nos Açores é um crescimento económico algo artificial, porque, em vez de auto-sustentado, depende do exterior e dos apoios que a Região tem sido capaz de assegurar do exterior. É que, sem esses apoios, e tal como se verificou no arquipélago até há pouco mais de duas décadas, até à revolução de Abril e ao actual regime açoriano de autonomia política, (um regime muito semelhante ao federalismo brasileiro e àquele que vigora para os Estados), fechados sobre si próprios, os Açores parecem estar condenados a conhecerem condições de vida que são atentatórias da própria dignidade humana.

Até mesmo geograficamente, os Açores se encontram numa encruzilhada, situados como estão no ponto de confluência das placas continentais euro-asiática, africana e americana, e onde o Velho e o Novo Mundos se encontram. O futuro do Açores, tal como aconteceu já com o seu passado, está directamente ligado à sua inserção nos complexos civilizacionais mais amplos em que se integra, muito em particular o Estado Português e a União Europeia. A risco de se automutilar, contudo, esta inserção europeia da Região, nunca se poderá realizar a expensas das suas naturais ligações com os espaços por onde os seus membros se encontram espalhados, aqueles onde se encontram comunidades açorianas, comunidades que mantêm viva a açorianidade e que imprimem aos Açores uma dimensão a todos os níveis invejável. Refiro-me, em particular, ao Canadá, aos Estados Unidos e, claro, ao Brasil.

A níveis distintos e com graus de envolvimento e de intensidade igualmente distintos, como é óbvio, o certo é que a construção de uma comunidade não pode deixar de ser tarefa que interessa a todos aqueles que dela se reclamam e que nela, de um modo ou de outro, traçam a sua identidade. Por isso é que a açorianidade, a construção da comunidade açoriana se afigura tarefa que tem de ser perspectivada e contextualizada em todos os espaços em que se manifesta. Nestes termos, parto de um grande pressuposto de base, que é o seguinte: o futuro dos Açores está directamente ligado à sua capacidade de inserção no sistema da relações internacionais, particularmente entre os povos dos dois grandes continentes que abalizam o arquipélago a Ocidente e a Oriente, e nos quais, através das comunidades

ali estabelecidas, as suas próprias raízes se estendem.

Tal como no passado, e no presente, também no futuro, os Açores dependerão do interesse que o Arquipélago for capaz de suscitar junto do Estado Português e dos dois grandes blocos políticos e económicos que ladeiam o Atlântico, e dos níveis de investimentos em que esse interesse se materializar. E, mais importante ainda, o futuro dos Açores dependerá da criatividade das suas gentes, da sua capacidade de penetrar no sistema das relações entre as unidades nas quais se prolonga e se insere.

Toda a história dos Açores se encontra marcada de uma forma indelével por esta realidade, desde a sua origem. O destino dos Açores sempre se encontrou intrinsecamente ligado aos destinos do Atlântico e das potências que o dominam. Invocando novamente Vitorino Nemésio, desta vez para o parafrasear, eu diria que os Açores e os açorianos possuem uma natureza dupla: ao mesmo tempo europeia, de matriz original, e americana, por força das comunidades ali radicadas. As suas raízes estendem-se em direcção às duas margens do Atlântico. Indelévelmente inseridos no contexto civilizacional português, e, através dele, europeu, encontram-se também ligados ao Novo Mundo, aos Estados Unidos e ao Canadá, às Bermudas, e ao Brasil.

Por tudo o que atrás ficou dito, a Região Autónoma dos Açores necessita de uma presença forte e actuante nestes dois grandes pólos civilizacionais em que se insere. Os Açores necessitam de ser capazes de os cooptar e de os comprometer com o seu futuro. O facto de constituir uma região autónoma fornece aos Açores, simultaneamente, o direito e a obrigação de agir nas frentes adequadas para a salvaguarda dos seus interesses. No contexto do actual sistema político internacional, em gestação, o seu estatuto de autonomia política fornece-lhe uma série de oportunidades de intervenção no quadro da *Comunidade Atlântica* em que se inserem os seus interesses civilizacionais, políticos e económicos também; oportunidades com as quais até há bem poucos anos atrás nem ousaria sequer sonhar. É preciso, isso sim, que não se deixe que surjam em vão.

Por tudo isto é que, para os Açores, bem como para Portugal no seu todo, aliás, as relações transatlânticas assumem uma importância primordial: porque é nelas que o seu futuro se continuará a definir. E é precisamente esta constatação que explica o facto de o Centro de Estudos de Rela-

ções Internacionais e Estratégia da Universidade dos Açores, que dirijo, ter adoptado as Relações Transatlânticas para o núcleo central da sua investigação científica. E é ela que explica também o nosso empenho em angariar uma participação científica de todos os espaços nos quais os Açores se prolongam por força das comunidades da diáspora.

Acontecimentos como este que aqui nos reúne constituem um exemplo bem evidente disto mesmo que vos tenho vindo a apresentar. São, simultaneamente, manifestação da açorianidade, que se encontra tão viva, também entre vós, e oportunidade para, numa relação simbiótica, nos conhecermos melhor e, em conjunto, partilharmos a tarefa sempre inacabada de construção da comunidade que nos reúne e que explica esta minha presença entre vós.

Sem medos e sem pruridos estéreis, saibamos nós ter a visão suficiente para aproveitarmos estas ocasiões e as oportunidades que representam.